

Faça sua busca



Pesquisa avançada

English | Español

[Página Inicial](#) | [Notícias](#) | [CNJ](#) | [Atuação da Corregedoria mudou imagem do Judiciário, avalia Eliana Calmon](#)

Atuação da Corregedoria mudou imagem do Judiciário, avalia Eliana Calmon

05/09/2012 - 15h00

[Tweeter](#) 6

[Curtir](#) 3

Gláucio Dettmar/ Agência CNJ



A corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, afirmou, nesta quarta-feira (5/9), que o trabalho desenvolvido pelo órgão nos últimos dois anos contribuiu para mudar a imagem do Judiciário, conferindo maior transparência. "Conseguimos dar uma nova imagem à Justiça, uma imagem de que as coisas funcionam. O Judiciário tem de se abrir para dar satisfação ao seu jurisdicionado", destacou Calmon, ao fazer o balanço de sua gestão à frente da Corregedoria Nacional de Justiça em coletiva à imprensa. A ministra, cujo mandato no CNJ termina nesta quinta-feira (6/9), classificou sua atuação como profícua, mas salientou que ainda há muito o que fazer para melhorar a gestão nos tribunais e o atendimento aos cidadãos.

Desde que Eliana Calmon assumiu o cargo de corregedora nacional, em setembro de 2010, mais de 10 mil processos foram abertos no órgão, o que equivale a 75% de todas as ações que ingressaram no CNJ no período. Como resultado do trabalho, cerca de 9 mil processos foram solucionados. Durante a gestão da ministra Eliana Calmon, 50 sindicâncias foram abertas e 38 finalizadas. Algumas delas destinadas a investigar o patrimônio de magistrados. "Inauguramos a investigação patrimonial, nos casos em que o patrimônio está em desacordo com o declarado à Receita Federal. Era necessário estabelecer esse controle", reforçou.

Além disso, o órgão de fiscalização do Poder Judiciário recebeu 1.441 reclamações disciplinares contra a atuação de membros da Justiça e arquivou mais de 1.500. Com base nas investigações realizadas, o Plenário do CNJ decidiu abrir 11 Processos Administrativos Disciplinares (PAD) – dos 40 propostos pela ministra Eliana Calmon – contra juízes e desembargadores, além de afastar preventivamente oito magistrados de suas funções. Além disso, como fruto das apurações, foi possível evitar um golpe que poderia causar prejuízo de aproximadamente R\$ 1 bilhão ao Banco do Brasil e suspender o pagamento de um precatório irregular na Justiça do Trabalho de Rondônia, de mais de R\$ 2 bilhões.

No período, a Corregedoria Nacional também inspecionou 10 tribunais de justiça brasileiros, incluindo os maiores do País (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul) e retornou a outros 11 estados para verificar se o Judiciário local está cumprindo as determinações feitas na primeira visita. Criada pela Emenda Constitucional n. 45/2004, a Corregedoria Nacional de Justiça é responsável por fiscalizar mais de 13 mil serventias extrajudiciais e monitorar a atividade dos cerca de 16 mil magistrados brasileiros.

Na coletiva, a ministra destacou ainda que graças ao trabalho da Corregedoria Nacional foi possível recuperar mais de R\$ 540 milhões para o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que servirão para o financiamento de novas moradias. O valor é resultado do mutirão de conciliação do SFH, promovido pelo órgão em parceria com a Justiça Federal desde março de 2011. O programa possibilitou a concretização de 10,5 mil acordos, colocando um ponto final em processos envolvendo financiamento habitacional, alguns em tramitação há mais de 20 anos.

Precatório – Na gestão de Calmon, também foi colocado em prática o programa de reestruturação do setor de precatórios dos tribunais de Justiça, após se verificar em inspeções problemas e irregularidades envolvendo o pagamento dessas dívidas. "Quando chegamos para inspecionar o Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins encontramos um absurdo em relação aos precatórios. Decidimos olhar e o resultado é que hoje já reorganizamos o setor em 10 tribunais", ressaltou.

A corregedora nacional lembrou também que o Brasil está sendo processado na Corte Interamericana de Direitos Humanos pelo não pagamento de precatórios e, por isso, era necessário dar um choque de gestão nos tribunais. Só em São Paulo cerca de R\$ 800 milhões foram pagos desde abril, quando a Corregedoria realizou um diagnóstico no setor do Tribunal de Justiça e fez uma série de recomendações para aprimorar o serviço. Em Mato Grosso, terceiro tribunal reestruturado, foi possível passar a lista de precatórios pendentes de pagamento. "Temos a

Redes Sociais

[Curtir](#)

44 mil

[Seguir](#)



Contato

Imprensa	(61)2326-5470	imprensa@cnj.jus.br
Ouvidoria	(61)2326-4607	Contato.ouvidoria

Receba as notícias do CNJ

[Cadastre-se aqui](#)

Interatividade Social

twitter

facebook

[Cadastre-se](#)

Criar uma conta ou [entre](#) para ver o que seus amigos estão fazendo.



Portal CNJ - Situação de presos em hospitais de custódia será avaliada em seminário nesta terça-feira

3 pessoas recommended isto.



Portal CNJ - Divulgados nomes e salários de servidores e magistrados do CNJ

77 pessoas recomendam isso.



Portal CNJ - Desordem e descaso dominam setor de precatórios, afirma corregedora

6 pessoas recommended isto.



Portal CNJ - CNJ avalia incompatibilidade em patrimônio de magistrados

4 pessoas recommended isto.



Portal CNJ - Eliana Calmon: "saio com sensação de dever cumprido"

6 pessoas recommended isto.



Portal CNJ - Provedimento garante averbação de reconhecimento de paternidade gratuita aos mais pobres

Uma pessoa recommended isto.

[f](#) Plug-in social do Facebook

Leia mais

- Ministra Eliana Calmon fala à imprensa nesta quinta-feira

- Corregedora fala nesta quarta-feira sobre sua gestão em entrevista coletiva

- Dívida de estados e municípios com precatórios chega a R\$ 94 bi

possível zerar a lista de precatórios pendentes de pagamento. “Temos a necessidade de acabar com essa chaga nacional”, conclui a ministra.

Cartórios – Na área extrajudicial, a ministra classificou como “quase um milagre” os avanços obtidos. Desde a decisão do CNJ que, em junho de 2009, declarou vagos milhares de cartórios extrajudiciais providos irregularmente sem o devido concurso público, pelo menos 13 estados já concluíram ou deram início a certames para garantir o preenchimento das vagas.

A partir da conclusão desses concursos, a expectativa é de que a situação de mais de 3.000 cartórios seja regularizada com a nomeação de titulares concursados. “A Constituição Federal tem 24 anos e até hoje não conseguimos regularizar a situação dos cartórios, cujos titulares devem ser concursados. Nesses dois anos, conseguimos desatar os nós de vários concursos, para que fossem realizados”, declarou.

Outros programas – Ao fazer o balanço de sua gestão, Calmon comemorou ainda os resultados do Programa Pai Presente, que possibilitou mais de 14,5 mil reconhecimentos espontâneos de paternidade no País, e os do Justiça Plena, que garantiu o julgamento de 16 processos de grande repercussão social, entre eles o caso do assassinato da ex-deputada federal alagoana Ceci Cunha.

A corregedora destacou ainda o sucesso do Espaço Livre, programa que conseguiu desmontar, leiloar ou remover dos aeroportos brasileiros 19 carcaças de aeronaves envolvidas em processos judiciais, além de possibilitar a doação de 16 aviões provenientes do tráfico de drogas aos tribunais.

[Veja o balanço resumido da gestão da ministra Eliana Calmon](#)

Confira o balanço completo dos programas:

[Pai Presente e Certidões](#)
[Judiciário em Dia](#)
[Serviço Extrajudicial](#)
[Infância e Juventude](#)
[Precatórios](#)
[Mutirão do Sistema Financeiro de Habitação](#)
[Justiça Plena](#)
[Espaço Livre](#)

Mariana Braga
Agência CNJ de Notícias



Link: www.cnj.jus.br/n9mc

Palavras-chave: balanço, corregedoria nacional de justiça, corregedora, ministra eliana calmon, entrevista coletiva



Comentar...

Comentário usando... ▼



Plug-in social do Facebook

Transparência

Justiça Aberta
Justiça em Números
Orçamento do Judiciário
Portal da Transparência
Transparência CNJ
Fale com a Ouvidoria

Poder Judiciário

Eventos
Concursos Públicos
Plantão do Judiciário
Sites dos tribunais
Metas Nacionais
Metas ENASP

Áreas Temáticas

Canal da Estratégia
Gestão e Planejamento
Pesquisas Judiciárias
Controle Interno
Formação e Capacitação
Tecnologia da Informação

Ações e Programas

Programas de A a Z
Campanhas do Judiciário
Eficiência, modernização e transparência
Processo Judicial Eletrônico (PJe)
Sistemas

Publicações

Código de Ética da Magistratura
Lei Orgânica da Magistratura Nacional
Regimento Interno
Relatórios
Canais RSS do CNJ